



VI Jornada de Iniciação Científica

VII SEMINÁRIO CIENTÍFICO DO UNIFACIG

Sociedade, Ciência e Tecnologia

ARTICULAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL NO SUAS

Maria Vitória Bertolani de Oliveira¹ Lincon Fricks Hernandez²

¹ Graduanda em Psicologia, FAM, Cachoeiro-ES, 2010652@sempre.faculdadeamerica.edu.br

² Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, FAM, Cachoeiro-ES,
psicologia@faculdadeamerica.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo tecer problematizações sobre a formação dos profissionais de Psicologia para atuação nas políticas públicas de assistência social sobre o viés da Psicologia social. O presente trabalho trata-se de um estudo qualitativo, realizado a partir de uma revisão de literatura, consiste em identificar as principais áreas de atuação do profissional que atua pelo viés da psicologia social. Assim como, descrever como a psicologia social exerce um papel essencial na defesa dos direitos humanos e no auxílio e proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade. Dando ênfase no trabalho dos psicólogos nas unidades públicas do CRAS e CREAS. Visto que o trabalho nesses espaços é multiprofissional, ou seja, os psicólogos realizam o acolhimento dos sujeitos juntamente com outros profissionais, principalmente com os assistentes sociais. Foi constatado através do levantamento de literatura que existem muitas lacunas na formação dos psicólogos para atuação nas políticas públicas de assistência social, deste modo o trabalho apresenta a necessidade de continuar pesquisando sobre a temática, rever a formação e afirmar outras formas de atuação para além do modelo de clínica tradicional.

Palavras-chave: Psicologia Social; Assistência Social; Atendimento.

ARTICULATIONS BETWEEN TRAINING AND PERFORMANCE OF SOCIAL PSYCHOLOGY IN SUAS

Abstract: This paper aims to raise questions about the training of Psychology professionals to work in public policies of social assistance on the bias of Social Psychology. The present work is a qualitative study, carried out from a literature review, and consists in identifying the main areas of activity of the professional who works through the bias of social psychology. As well as describing how social psychology plays an essential role in defending human rights and in helping and protecting people in vulnerable situations. Emphasizing the work of psychologists in public units of CRAS and CREAS. Since the work in these spaces is multidisciplinary, that is, psychologists carry out the reception of subjects together with other professionals, especially social workers. It was found through the literature survey that there are many gaps in the training of psychologists to work in public social assistance policies, thus the work presents the need to continue researching on the subject, review training and affirm other forms of action beyond the traditional clinic model.

Keywords: Social Psychology; Assistance Social; Service.

INTRODUÇÃO

A psicologia é um campo de trabalho que engloba diversas áreas de atuação. Entre as quais está a psicologia social, cuja a principal função é a garantia de direitos e atendimento às populações em situação de vulnerabilidade, possui um olhar direcionado para as coletividades, com isso, muitos psicólogos do ramo se empenham em pesquisar sobre os grupos historicamente oprimidos, sendo uma área que produz muitos estudos científicos (OLIVEIRA, KAHHALE, 2020).

Na prática, os psicólogos sociais trabalham com políticas públicas, interferem no comportamento de grupos, de modo a ajudar nas relações e promover melhores condições de saúde mental para todos. Os psicólogos sociais trabalham com grupos socialmente excluídos, em unidades básicas de saúde, centros de atendimento a crianças e adolescentes, instituições de longa permanência, com pessoas em situação de privação, mães adolescentes de baixa renda, mulheres vítimas de violência, adictos de drogas, pessoas em situação de rua, etc. As intervenções realizadas pelos psicólogos sociais acontecem de maneira multidisciplinar, ou seja, trabalham com profissionais de outros ramos, como os assistentes sociais (OLIVEIRA, KAHHALE, 2020).

Diferentemente do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem como público alvo uma população com características específicas, principalmente com vulnerabilidades sociais, beneficiárias de programas sociais, entre outros. (OLIVEIRA, KAHHALE, 2020). O SUAS é uma Política Pública da Seguridade Social, que está em contínuo processo de transformação, entendendo-se por Políticas Públicas "o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas" (GUARESCHI, et, al., 2004, p. 180).

De acordo com Botarelli (2008), os psicólogos estão atuando cada vez mais em políticas públicas, já que em 2005 foi consolidada sua participação no corpo técnico da equipe dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009). Com isso, a inserção do psicólogo nos CRAS vem a ser uma grande evolução transformadora na forma de atuação, desde a regulamentação da profissão no ano de 1962, que consegue afastar-se de um trabalho meramente clínico e elitizado para um trabalho que visa o social e o comunitário (SILVA, CORGOZINHO, 2011).

Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são unidades que realizam serviços de desenvolvimento de estratégias de atenção sociofamiliar visando a reestruturação do grupo familiar e elaboração de novas referências morais e afetivas, bem como o acompanhamento individual, apoios e encaminhamentos, e processos voltados para a proteção e reinserção social (Albuquerque, 2008; MDS, 2004). Enquanto o CRAS atua na prestação de serviço e programas socioassistenciais às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário, destinado à população em situação de vulnerabilidade (SILVA; CORGOZINHO, 2011). Desse modo, este trabalho possui o objetivo de analisar as principais atuações dos psicólogos sociais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) especificamente nos equipamentos CRAS e CREAS, e sua relevância e repercussão.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, realizada a partir de sites de busca online, Google Acadêmico e SciELO. Após a leitura dos materiais, selecionamos as partes mais importantes e que melhor definem a atuação do psicólogo social no SUAS. Decidimos pesquisar sobre a prática da psicologia social por questões de afinidade e por acreditar na relevância dessa área e nas mudanças que o CRAS e CREAS produzem nas histórias de cada sujeito que é atendido por esses serviços.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das doutrinas do SUS é a integralidade, que considera o homem como ser bio-psico-social, o que também está de acordo com as diretrizes do SUAS. O profissional psicólogo possui função distinta nas políticas citadas e deve buscar desenvolver uma atuação que não seja no modelo

biomédico tradicional, mas que atue na lógica do diálogo interdisciplinar e multiprofissional, em um trabalho em rede. As políticas públicas como o SUS e o SUAS devem estar em constante diálogo, considerando a busca da emancipação do sujeito e a superação de situações vulneráveis (OLIVEIRA, KAHHALE, 2020).

No acolhimento, o usuário deve poder relatar suas demandas, aproximar-se da política e do equipamento, compreendendo as possibilidades de atendimento oferecidas. O vínculo com o profissional que atende permite uma abertura para que se reflita a respeito da vulnerabilidade social, econômica, assim como a respeito da possibilidade de garantia de direitos, acesso às políticas, acompanhamento familiar, acesso a benefícios sociais, entre outros projetos oferecidos (OLIVEIRA, KAHHALE, 2020).

Na proteção social básica oferecida pelo CRAS, seu objetivo consiste em “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2005, p. 18). A Proteção Social Especial de média complexidade fica a cargo do CREAS, ou seja, se por um lado o CRAS trabalha com a prevenção o CREAS entra em cena quando ocorre a violação de algum direito atuando na média complexidade. Já na alta complexidade o indivíduo que precisa ser acolhido é encaminhado para as instituições de acolhimento que visam assegurar sua integridade (BRASIL, 2015).

Existem referências técnicas elaboradas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), para nortear as ações a serem implementadas pelos profissionais que atuam no SUAS. Entre as principais atividades dos psicólogos no SUAS destacamos as visitas domiciliares, elaboração de relatórios, acompanhamento e trabalho social com às famílias, condução de grupos reflexivos e campanhas de proteção social e enfrentamento a formas de violência, seja contra a criança, idoso, mulher, a população LGBTQi+, ou população de como aponta Amaro (2003) a assistência social tem que estar disponível a todo aquele que precisa.

As maiores partes dos profissionais da psicologia social atuam nas políticas de assistência social, o que ressalta que o SUAS realiza um importante trabalho de combate às desigualdades sociais que proporciona grande suporte a muitas pessoas. Com isso, a construção de um acompanhamento em conjunto dentro desses espaços permite que o usuário reflita a respeito das possibilidades de alterar seus padrões e história de vida, assim como de se identificar com outras formas de ação no território. Ou ainda, caso deseje, possa afirmar a sua posição contrária aos padrões socialmente aceitos, trabalhando assim, a autonomia e o protagonismo do sujeito em seu território (OLIVEIRA, KAHHALE, 2020).

Um usuário atendido pelo CRAS e CREAS, conhece e passa a ter acesso às políticas públicas, às políticas de transferência de renda, aos programas sociais, aos projetos municipais, aos serviços de convivência, entre outros. Podendo optar pela participação, o que permite que ele atue de acordo com aquilo que se identifica aquilo que deseja. O psicólogo que trabalha no SUAS atua em conjunto com os usuários, com base em um vínculo de confiança e apoio. Portanto, esse tipo de atendimento auxilia em mudanças reais e na superação de fragilidades (OLIVEIRA, KAHHALE, 2020).

Atualmente, muitos estudos têm sido realizados sobre atuação dos psicólogos dentro das políticas públicas de assistência social, pois consiste em dos campos de trabalho de grande empregabilidade da categoria profissional, principalmente no início da carreira. De acordo com Ribeiro e Guzzo (2014, p.85): “Quando a psicologia foi instituída como profissão no Brasil, por meio da Lei 4.119/62 (Brasil, 1962), a formação e a atuação do psicólogo estruturaram-se em torno de três principais áreas: a clínica, a escolar e a industrial.”

Na esteira desse pensamento, Hernandez (2016) assinala que a regulamentação da Psicologia no Brasil se deu em meio a ditadura militar o que fez com que a profissão se distancie-se das políticas públicas, construindo, na concepção de Ribeiro e Guzzo (2014), uma psicologia voltada para elite, cuja a prática profissional era restrita a clínica biomédica, instituições escolares e empresariais. A temática compromisso social emerge das críticas a para esse fazer-psicologia que se instaurava no país, distanciando-se das demandas apresentadas pelos segmentos mais pobres da sociedade.

Um estudo realizado por Senra e Guzzo (2015) sobre psicólogos que atuam nas políticas públicas de assistência social, queixam-se de não terem sido preparados para este campo de atuação durante a sua formação acadêmica. Em concordância, Andrade e Ramagnoli (2010) afirmam que o modelo de clínica tradicional não oferece subsídios necessários para o trabalho com a comunidade.

Sobre este aspecto, De Sá Scott et. al, (2019, p.141) adverte que: “Para melhor estruturar e fortalecer o conhecimento acerca da prática do psicólogo nas políticas públicas, salienta-se a importância de um olhar mais atento sobre o tema pelos cursos de graduação em Psicologia.”

Nesse sentido, Hernandez (2016) fala sobre a necessidade de formarmos escutas políticas, pois o sujeito traz consigo uma multiplicidade, a fala de um usuário dos serviços socioassistenciais não fala apenas sobre si, diz muito mais sobre nossas políticas públicas e constituição de sociedade, sobre os modos de vida que a esse sujeito tem sido possível existir. Por isso, apostamos em uma clínica que os horizontes rompem as paredes de um consultório físico, e escorre por territórios existenciais habitados por subjetividades em descompasso descritas Hernandez et, al. (2021), como aquelas que não conseguem se inserir no predatório sistema de produção capitalista, nem se fixarem a padrões estabelecidos por uma ordem vigente de ser e estar no mundo dentro de um ideal moral, que faz com que os que não se encaixem nele sejam vistos como menos humanos.

Dessa modo, Ribeiro e Guzzo (2014) afirmam que, em razão de não conhecerem outras formas de se fazer psicologia para além do modelo clínico tradicional, os gestores do SUAS, querem demandar dos profissionais um fazer-psicologia que diverge com o que é proposto pela política pública de assistência social no país. Em contrapartida, muitos profissionais que durante a formação não foram preparados para o trabalho na assistência social acataram essas solicitações até mesmo por não conhecer outra forma de atuar para além desta.

Hernandes e Matos (2020) reconhecem que essas dificuldades vivenciadas por profissionais que atuam nas políticas públicas de assistência social se agravaram durante o período de pandemia, pois os furos e fios desconexos de nossas redes tornaram-se muito mais evidentes. Tendo em vista, que, a atuação precisou ser repensada, em um contexto que os recursos ora limitados, beiravam a extinção.

Cumprir ainda ressaltar que a assistência social não é assistencialismo como apresenta Conforme Couto (2014), o SUAS não é um oferecimento de favores, mas uma garantia de direitos. Portanto cabe aos psicólogos que atuam nesta política pública desconstruir esses mitos e romper com essas ideologias, que muitas vezes segundo Rainha, Gomes e Hernandez (2018) funcionam como mecanismos sócio políticos na manutenção das desigualdades sociais e nos votos de cabresto no controle da população mais pobre.

Na concepção de Silva e Yamamoto (2013, p.826) precisamos investir em uma “nova configuração da profissão (que) vem instigando o debate sobre a atuação e a formação voltada para as políticas sociais”. Torna-se relevante destacar que o Brasil foi o primeiro país a regulamentar a Psicologia como profissão por meio da Lei 4.119 de Agosto de 1962 no mandato do então presidente João Goulart, desde então se passaram 59 anos. Com isso desenhemos uma psicologia que se fazia à luz do hemisfério norte em especial na Europa e nos Estados Unidos, que não dialogava com os problemas da população.

Contudo, aos poucos, a psicologia foi se aproximando dessas demandas, principalmente na década de 80 e 90, articulando uma Psicologia social brasileira, em um país em que as bases foram construídas pela escravidão e colonização de exploração que reverberam até hoje na manutenção das desigualdades sociais, que produz uma violência societária característica de nossa história (HERNANDES, 2016).

Outro dado importante apresentado pelo Conselho Federal de Psicologia é que somos o país com o maior número de Psicólogos no mundo, sendo 86% de psicólogas e 14% de psicólogos. Isso em virtude da articulação de uma profissão que historicamente estava associada a uma questão de gênero, por ser uma profissão de escuta e cuidado, características essas que são atribuídas dentro das representações sociais a características femininas.

Então, é importante reconhecer que a consolidação da Psicologia no Brasil até adentrar o território das políticas públicas de assistência social atravessaram um longo percurso histórico, que não pode ser esquecido. Ainda é importante destacar que nos anos 80 quando a categoria profissional se aproxima das lutas pela volta da democracia, por um sistema de saúde universal, por uma sociedade sem manicômios. Entre as lutas abraçadas pelos psicólogos(as) no país estão as Diretas Já em 1984, A promulgação da Constituição Brasileira em 1988, o SUS em 1988, o Estatuto da Criança e adolescente (ECA) em 1990, e a Reforma Psiquiátrica em 1997 com a carta de Bauru, e a Lei 10.216 também conhecida como Paulo Delgado.

Portanto, nesses rápidos anos, buscamos consolidar uma Psicologia social, embora o Brasil seja o décimo segundo país com maior produção de renda, também é o sétimo colocado em desigualdades sociais, que produzem questões que se tornam objetos de estudo para a Psicologia, tendo em vista que somos o país que mais matam mulheres, jovens, e LGBTQI+. Segundo Hernandez e Matos (2020) esse público representa o público usuário da assistência social.

Atualmente, em todos os municípios brasileiros existem psicólogos atuando nas políticas públicas de assistência social, segundo o Conselho Federal de Psicologia, só no Brasil existem 60 mil psicólogos(as) no SUAS. Assim, podemos observar que progredimos muito, mas ainda temos muito para avançar.

CONCLUSÃO

Por fim, mesmo antes de nascer, a sociedade designa papéis sociais as pessoas. Dessa maneira, o trabalho dos psicólogos sociais também envolve apoiar os sujeitos a entenderem e encararem as funções sociais que lhe são impostas, pois, muitos sofrem por não seguirem as expectativas culturalmente estabelecidas.

Portanto, a atuação prática da psicologia social, atualmente, acontece principalmente na atenção básica de saúde. O Brasil, assim como outros países da América Latina, fizeram com que surgisse uma psicologia social diferente, a Psicologia Social Crítica. Essa psicologia é voltada para o enfrentamento das desigualdades e violências que atingem grande parte da população. Sendo assim, inevitavelmente, a psicologia social no Brasil está envolvida nas políticas públicas e comunitárias, visto que são por esses meios que os profissionais conseguem intervir e proporcionar aos indivíduos a saída de situações vulneráveis e o apoio psicológico necessário para a superação das violências.

O psicólogo na assistência social deve reconhecer que seu trabalho nesses espaços não cabe a um atendimento psicológico igual ao da clínica, pois, os usuários da assistência social são pessoas que surgem de um contexto de violação de direitos. Ou seja, os indivíduos precisam ter suas necessidades básicas garantidas para que o tratamento psicológico seja transformador. Assim, cumpre afirmar que é fundamental que exista na formação dos Psicólogos(as) articulações para a atuação no SUAS, na perspectiva de melhorar a prática profissional e vencer os desafios impostos culturalmente pela trajetória vivenciada.

REFERÊNCIAS

- Amaro, S. (2003). Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: Editora AGE.
- Andrade, L. F. de & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: Uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619.
- Botarelli, A. (2008). O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis. Tese de Doutorado, Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de, São Paulo, São Paulo.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (2005). Norma Operacional Básica NOB Suas, Brasília, DF.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 2021. Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso: 19 de Set. de 2021.

Couto, B. R. (2014). O Sistema Único da Assistência Social – Suas: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas (5a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Guareschi, N., Comunello, L. N., Nardini, M., & Hoenisch, J. C. (2004). Problematicando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In M. N. Strey, M. P. R. Azambuja, & F. P. Jaeger (Orgs.), Violência, gênero e políticas públicas (pp. 177-193). Porto Alegre: EDIPUCRS.

HERNANDES, L. F. Internação Compulsória e a vida em cena. [Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local]. Vitória: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, 2016.

HERNANDES, L. F.; MATOS, C.S.

Hernandes, L. F. et. al, (2021). Internação Compulsória e Vida em Cena: subjetividades em descompasso. Psicologia: Ciência e Profissão 2021 v. 41 (n.spe 4), e210219,1-12

HERNANDES, LINCCON FRICKS; MATOS, C. . ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: TEMPOS DE TECER VELHOS E NOVOS DESAFIOS. In: Alexandre Almeida Rocha; Cleide Lavoratti; Silmara Carneiro e Silva (. (Org.). Política pública de socioeducação: conquistas e retrocessos. 1ed.Ponta Grossa Paraná: Estúdio Texto, 2021, v. 1, p. 1-213

GOMES, R. C. ; RAINHA, L. C. ; HERNANDES, L. F. . Uma breve análise sobre as desigualdades sociais a partir de dois casos públicos. In: Madalena Santana Gomes; Pedro Machado Ribeiro Neto; Pitiguara de Freitas Coelho. (Org.). Política de Desenvolvimento Alternativas e Tendências em PK-ES. 1ed.Vitória: Editora EMESCAM, 2018, v. 1, p. 91-102.

Ribeiro, M. E.; & Guzzo, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 9(1), São João del-Rei, janeiro/junho 2014.

SCOTT, J. B. Desafios da Atuação do Psicólogo em Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia. V. 1, n. 14. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v12n1/10.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2021.

Senra, C. M. G. & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: Sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. Psicologia & Sociedade, 24(2), 293- 299.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. Psicologia & Sociedade [online]. 2011, v. 23, n. spe [Acessado 16 Setembro 2021] , pp. 12-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>>. Epub 29 Mar 2012. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>.

Silva, C. A. & Yamamoto, O. H. (2013). As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí. *Psicologia: ciência e profissão*, 33(4), 824-839.

OLIVEIRA, Patrícia Araújo de; KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 20, n. 47, p. 119-131, abr. 2020 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 set. 2021.